

economia

PIB do Brasil tem alta de 0,8% no 1º trimestre

Na comparação com o mesmo período de 2023, houve avanço de 2,5%; agropecuária e serviços foram destaques

/ CONJUNTURA

A economia brasileira voltou a crescer no primeiro trimestre de 2024, após dois trimestres de resultados próximos de zero. O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil avançou 0,8% em relação ao trimestre anterior, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados ontem. Na comparação com o mesmo período de 2023, houve avanço de 2,5%. O PIB acumula alta de 2,5% em quatro trimestres.

As projeções mostravam expectativa de crescimento de 0,7% no período em relação ao trimestre imediatamente anterior e de 2,3% na comparação anual. Os destaques foram os serviços (1,4%) e a agropecuária (11,3%). A Indústria ficou praticamente estável (-0,1%). O consumo das famílias avançou 1,5%, enquanto os investimentos cresceram 4,1%. Na comparação com o 1º trimestre de 2023, a Indústria cresceu 2,8%, e os serviços, 3,0%. A agropecuária recuou 3%, devido à base alta de comparação do ano passado.

Houve revisão dos dados do ano passado. No terceiro trimestre, o PIB cresceu 0,1%. No quarto, caiu 0,1%. O número divulgado na época era zero para os dois períodos. “Depois de dois trimestres de estabilidade, o PIB voltou a crescer, puxado basicamente pelos serviços”, afirma Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Ela diz que houve uma continuidade no crescimento do consumo das famílias, devido à melhoria do mercado de trabalho no país e às taxas de juros e de inflação mais baixas, além da manutenção dos programas governamentais de auxílio às famílias.

Outro destaque positivo foi o aumento dos investimentos, avançados pelo aumento na importação de bens de capital, no desenvolvimento de software e na construção, segundo Palis. A economista do IBGE diz que a produção de bens de capital ainda está no terreno negativo na taxa interanual. A taxa de investimento ficou em 16,9% do PIB, abaixo dos 17,1% registrados no primeiro trimestre de 2023.

Palis diz que houve mudança

na contribuição do setor externo para o crescimento da economia. A agropecuária, por exemplo, não está com um desempenho favorável como em anos anteriores, afetando as exportações neste ano.

“Em 2022 e 2023, o setor externo havia contribuído positivamente, com as exportações crescendo mais do que as importações. Nesse primeiro trimestre, essa contribuição virou negativa. Estamos importando muitas máquinas e equipamentos e bens intermediários e o real se valorizou”, diz.

“Tivemos um crescimento da economia totalmente baseado na demanda interna”

A economista do IBGE diz que a taxa de poupança teve uma queda importante. “Como o consumo das famílias cresceu bem acima do PIB, consequentemente a poupança diminuiu”. O indicador caiu para 16,2%, ante 17,5% no mesmo trimestre de 2023.

O começo de 2023 foi marcado pela continuação da melhora no mercado de trabalho, pelas antecipações dos pagamentos de precatórios e do 13º para beneficiários do INSS. Também contri-



MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL/JC

Antecipação de despesas pode impactar na segunda metade do ano

buíram para o aumento da renda e do consumo o reajuste de benefícios vinculados ao salário mínimo e a queda dos juros.

Em relação aos trimestres seguintes, um fator de incerteza são as enchentes no Rio Grande Sul, que vão impactar os dados do PIB negativamente neste segundo trimestre, embora se espere efeitos positivos da reconstrução da região até o final do ano.

Palis afirmou que o Rio Grande do Sul tem uma participação de 6,5% no PIB do Brasil e que

metade dos municípios, em termos de valor, estão em estado de calamidade. O impacto, no entanto, só será conhecido quando começarem a ser divulgadas as pesquisas econômicas sobre a região com os dados a partir de maio, o que ocorre a partir de junho. A antecipação de várias despesas para o primeiro semestre, inclusive daquelas relacionadas às enchentes, pode fazer com que falte um pouco de fôlego ao crescimento na segunda metade do ano.

Governo limitará uso de créditos de PIS/Cofins por empresas para compensar desoneração

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vai assinar uma medida provisória para compensar a desoneração da folha salarial de 17 setores da economia e de municípios até 2027. A medida, anunciada ontem pelo Ministério da Fazenda, limita os benefícios que empresas têm com descontos no pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

De acordo com o Ministério da Fazenda, o impacto da deso-

neração da folha em 2024 é de R\$ 26,3 bilhões, sendo R\$ 15,8 bilhões para empresas e R\$ 10,5 bilhões para municípios. As medidas de compensação, instituídas pela medida provisória, podem arrecadar até R\$ 29,2 bilhões para cobrir essa perda de arrecadação, segundo estimativas da pasta.

Atualmente, empresas conseguem acumular créditos usando instrumentos que, na prática, fazem com que paguem menos tributos, como isenções, imunidade, alíquotas reduzidas e créditos presumidos. O governo quer limi-

tar o uso dessas compensações, que neste ano, até março, somaram R\$ 53,8 bilhões em estoque para restituição.

“O nosso objetivo é fazer o ajuste fiscal com medidas de justiça, sem aumento de tributos, sem aumento de alíquota e sem criação de tributos”, afirmou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

A cobrança de PIS/Cofins representa 25% do total de compensações para o não pagamento de tributos, totalizando R\$ 62,48 bilhões em 2023. A proposta do

governo é que as empresas só poderão usar créditos tributários de PIS/Cofins para abater o pagamento do próprio tributo, e não de outros, evitando a chamada “compensação cruzada”.

Além disso, amplia as proibições ao ressarcimento em dinheiro do crédito presumido de PIS/Cofins, que reduz o pagamento dos tributos para fomentar a atividade econômica.

De acordo com o Ministério da Fazenda, as empresas continuam a ter o direito de abater a cobrança de PIS/Cofins com crédi-

tos, de acordo com a sistemática geral, mas não poderão pedir o ressarcimento em dinheiro como estava sendo feito.

A medida compensatória pode resultar em aumento das despesas com o pagamento de tributos para empresas de setores atendidos pela desoneração da folha de pagamentos. Na prática, nesses casos, o governo aceitou dar o benefício da desoneração de forma temporária; mas, por outro lado, vai limitar o uso de créditos tributários do PIS/Cofins pelas companhias.

‘Reconstrução será maior que a destruição’, diz Alckmin sobre o Rio Grande do Sul

/ CLIMA

A presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), também chamado Banco do Brics, Dilma Rousseff, assinou ontem, juntamente com o vice-presidente do Brasil, Geraldo Alckmin, carta-compromisso que formaliza as operações financeiras de socorro ao Rio

Grande do Sul. É prevista a destinação de US\$ 1,115 bilhão, ou R\$ 5,75 bilhões, na reconstrução do Rio Grande do Sul. O ato foi na embaixada do Brasil em Pequim.

Alckmin relatou que a tarefa inicial do governo federal, até o momento, foi relacionado a ações emergenciais, focadas em salvamento de vidas, “a próxima tarefa é reconstrução, e eu

tenho convicção de que a reconstrução será maior que a destruição”, completou.

Para isso, o montante aprovado, segundo Alckmin, terá como envolvidos o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Os principais tomadores, relata o

vice-presidente, podem ser o próprio Governo Federal, o governo do RS, governos municipais e entidades de iniciativas privadas.

Ainda, em nota em suas redes, a equipe de comunicação da presidente do banco explicou, que do total, US\$ 795 milhões do BNDES e US\$ 295 milhões do BRDE, são de operações apro-

vadas em 14 de novembro de 2023 pelo Senado Federal, e em março de 2024, pela Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento, respectivamente.

Outros US\$ 200 milhões serão investidos diretamente pelo NDB. Portanto, dependem de projetos a serem submetidos pelas autoridades do país a esse banco.